

CORREIO DE CAMPINAS

Mandato Wagner Romão



CS atende cerca de 70 mil moradores de 78 bairros

CS de Barão com 30% de funcionários a menos

O vereador Wagner Romão (PT-SP) visitou esta semana o Centro de Saúde Barão, que atende cerca de 70 mil moradores de 78 bairros no distrito. Constatou quatro equipes de atendimento, porque, com o fim da parceria com a Unicamp, uma delas foi diluída. Agora, o serviço conta com 14 agentes comunitários, quando o mínimo necessário seria 20, ou seja, 30% a menos profissionais do que o recomendado para local. “O baixo número de profissionais de saúde tem gerado uma sobrecarga nos trabalhadores que se mantêm na linha de frente, e que não são suficientes para atender toda a demanda”, afirma o parlamentar apontando um dos problemas.

CS de Barão

“Cada vez mais trabalhadores adoecem. São inúmeros os registros de episódios de violência, acarretando insegurança generalizada. É necessária contratação de mais profissionais, a adoção de medidas para ampliar a segurança dos trabalhadores, a construção do já anunciado Centro de Saúde do Real Parque e a implantação da UPA no distrito, uma vez que a mais próxima fica no Padre Anchieta”, acrescenta.

Câmara Municipal de Campinas



Reforma de Centro de Saúde ainda não começou

CS Vila Ipê fechado há mais de 1 mês

O vereador Ailton da Farmácia (PSB-SP) apresentou na Câmara um requerimento solicitando informações à Prefeitura sobre o início das obras de reforma e ampliação do Centro de Saúde da Vila Ipê. A unidade foi fechada há mais de um mês para a realização das melhorias, mas até o momento as intervenções ainda não começaram. “Os moradores entenderam a necessidade da reforma, mas é importante que a obra comece o quanto antes e que haja transparência sobre os prazos”, declara.

CS Vila Ipê

Segundo o parlamentar, com o fechamento do CS Vila Ipê, pacientes passaram a buscar atendimento em outras unidades da região, o que aumentou a demanda em centros de saúde próximos. Diante da situação, Ailton solicitou informações sobre o cronograma da obra, prazo para início das intervenções e previsão de conclusão dos trabalhos.

CPI da Saúde I

A vereadora Mariana Conti (PSol-SP) ocupou a tribuna na Câmara na quarta-feira (15) para denunciar indícios de corrupção no almoxarifado da rede municipal de saúde de Campinas, que, desde o fim de 2025, é administrado pela empresa VTCLog e pediu a instauração da “CPI da Saúde” na Casa.

CPI da Saúde II

A empresa assumiu a gestão com contrato de quase R\$ 20 milhões com a Prefeitura. Mas, há desabastecimento nos Centros de Saúde, tensionando a relação entre os trabalhadores e os usuários do serviço, culminando em casos de violência, como o que motivou a paralisação dos servidores no CS Centro.

CPI da Saúde III

“Raimundo Nonato Brasil, Carlos Alberto de Sá e Teresa Cristina Reis de Sá, sócios da VTCLog, foram indiciados, no Relatório Final da CPI da Pandemia, por corrupção ativa e improbidade administrativa. Essa empresa já é marcada por usar o serviço público como degrau para o próprio benefício”, afirmou.

CPI da Saúde IV

“Não tem como o servidor da saúde atender o cidadão com qualidade se ele não tem o mínimo de recursos disponíveis para exercer sua função. Falta medicamento, falta tudo. É claro que a população vai se revoltar, e o alvo é sempre quem está na linha de frente, mas a raiz do problema é outra”, declarou.

CPI da Saúde V

“Os itens apontados nas notas fiscais parecem não coincidir com o que realmente chega nas unidades. Diante desse cenário de tanta escassez de recursos nos CSs, acredito que uma apuração mais detalhada seja de interesse de todos os campineiros, e esse também é papel dos vereadores”, apontou.

CPI da Saúde VI

Para a abertura da CPI é preciso no mínimo 11 assinaturas favoráveis. Já assinaram os seis da bancada de oposição, mais o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP). Dessa forma, 4 da base também teriam que assinar. O objetivo de Conti é coletá-las o mais rápido possível, mas não há prazo regimental para fazê-lo.



Com a votação, matéria é encerrada na Câmara Municipal

Aprovada prorrogação do transporte público

Medida foi aprovada com o voto de 25 vereadores da base

Da Redação

A Câmara aprovou em segunda votação e de maneira definitiva o projeto de lei que autoriza a Prefeitura a prorrogar os contratos vigentes do transporte público coletivo. A medida é considerada essencial, pela Prefeitura, para garantir a continuidade do serviço para os passageiros, uma vez que os atuais acordos com as empresas que operam o sistema na cidade venceriam este mês.

Com a aprovação, por 25 parlamentares favoráveis, a proposta segue agora para a sanção do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP), permitindo que a administração municipal formalize a extensão contratual dentro do prazo legal necessário para evitar a interrupção das linhas de ônibus. O projeto foi proposto pelo próprio Executivo Municipal. Inicialmente, o texto previa um prazo de até três anos, mas uma emenda legislativa apresentada e acatada, o intervalo foi reduzido para até dois anos.

A Emdec (autarquia responsável pelo trânsito campineiro) estima que o processo de transição para que as novas empresas assumam o serviço leve entre 11 a 14 meses. Há uma cláusula resolutive no projeto que garante a extinção automática da prorrogação assim que os novos concessionários assumam efetivamente as operações na cidade.

A licitação do transporte de Campinas está em fase de análise técnica pela Comissão de Lici-

tação, que avalia as planilhas e a viabilidade econômica das propostas apresentadas no leilão realizado no mês de março.

A Prefeitura defende que a prorrogação é uma margem de segurança jurídica para o período em que os trâmites administrativos, como prazos recursais, homologação do resultado e a constituição das Sociedades de Propósito Específico pelas empresas vencedoras, estejam sendo finalizados. Durante os debates no plenário, a base governista ressaltou que a medida impede o risco de um colapso no atendimento aos usuários, enquanto parlamentares da oposição discutiram os termos da qualidade do serviço prestado pelas atuais concessionárias. A aprovação definitiva encerrou o ciclo legislativo da matéria, permitindo que a Emdec e a Secretaria de Transportes iniciem os procedimentos para a assinatura dos aditivos contratuais com as atuais operadoras.

Novas empresas

A Sancetur e o Consórcio Grande Campinas venceram a licitação do transporte público pelos próximos 15 anos. O leilão foi em 5 de março na Bolsa de Valores de São Paulo. O contrato é estimado em R\$ 11 bilhões. A concessão divide o sistema em dois lotes: o Sul, das regiões Leste, Sul e Sudoeste, que ficará com a Sancetur; e o Norte, das regiões Norte, Oeste e Noroeste, com a Grande Campinas.

Emdec